

SEÇÃO TEMÁTICA

APRESENTAÇÃO

A GEOGRAFIA QUE PROPÕE AO BRASIL

Ana Carolina de Oliveira Marques

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
carol.geografia@hotmail.com

Willian Simões

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
willian.simoese@uffs.edu.br

Interpelar a ordem social e territorial vigente no Brasil, propulsora de crescente degradação da natureza e das condições de moradia, mobilidade, acesso aos equipamentos culturais, saúde, educação e trabalho da população é o compromisso ético e político que levou a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) a organizar a presente seção temática. Interpelar no sentido da práxis: recolocar o debate das políticas públicas com a devida profundidade, no ano em que se comemora o bicentenário da Independência do Brasil. Ano também de eleições, marcadas pela violência e distração social de pautas urgentes como o combate à fome, às desigualdades sociais, ao fascismo, assim como a defesa dos direitos trabalhistas, a promoção e valorização de práticas de autogestão dos trabalhadores e a sustentabilidade ambiental.

Independência para quem?

Compreender o caráter questionável da conclamada Independência brasileira requer o diálogo com conhecimentos geográficos. Cresce a importância da Geografia na elucidação do movimento das grandes corporações que expremem, controlam e humilham a classe trabalhadora nos campos, nas águas, nas florestas e nas cidades. Também no desvendamento da atuação do Estado, junto ao capital privado, por meio de projetos de desenvolvimento calcados na extração de bens naturais, da saúde e dignidade humanas (Harvey, 2008; Thomaz Júnior, 2017; Porto-Gonçalves, 2020).

Não menos importante tem sido o papel de geógrafos e geógrafas no reconhecimento e fortalecimento das resistências que emergem dos oprimidos a essa avalanche do capital sobre as diversas formas de vida. Logo, esta seção temática é composta por textos que evidenciam a estreita relação entre ciência e política (Chauí, 2001).

A ANPEGE não se furta à disputa da agenda política hoje pautada pela extrema direita que angariou forças na segunda década deste século, diante do “esgotamento do progressismo na América Latina” (SAFATLE, 2022) e do “enfraquecimento do modelo de conciliação” petista no Brasil (BOULOS, 2015).

Com o declínio da economia e o aumento da impopularidade dos governos nacional-desenvolvimentistas (FURTADO, 1983), instaurou-se o cenário ideal para a recomposição de forças de grupos representantes de um projeto autoritário e elitista que sonda o país desde a Colônia. No Brasil, o golpe que destituiu Dilma Hussef da Presidência constitui um importante marco do avanço deste projeto autoritário (SINGER *et. al.*, 2016), com evidente viés fascista.

No contexto descrito, compreendemos urgente e inegociável a denúncia do desmonte da legislação ambiental e trabalhista, e das estruturas de seguridade social; o desmatamento dos biomas brasileiros, com destaque à Amazônia e o Cerrado; as privatizações e corte de verbas em área estratégicas

do país, como saúde e educação; o controle e militarização da sociedade; as políticas de desindustrialização; a ascensão da violência nas cidades, campos e florestas; a desregulamentação e ataque aos territórios tradicionais.

A disputa por um projeto de país não se encerra, porém, no campo da denúncia. Entendemos imprescindível a apresentação de alternativas, ainda que grande parte destas esteja inviabilizada na presente conjuntura. Inserir-las no debate público já se constitui como uma ação política de enfrentamento da ordem social que promove a indiferença e insensibilidade como afetos fundamentais à consolidação de projetos autoritários.

Os textos desta seção são endereçados a públicos variados, desde legisladores, gestores públicos, movimentos sociais a (e)leitores anônimos e externos à comunidade geográfica, mas que deste conhecimento se nutrem para se situar, sobretudo, politicamente. Desde o início, nós, os organizadores, frisamos junto aos autores(as), o aspecto propositivo dos textos. Logo, “A Geografia que propõe ao Brasil” parte das condições concretas da vida de milhões de brasileiros e brasileiras e para elas retorna, tensionando mudanças de rota.

Nas páginas que se seguem, leitores e leitoras acessarão escritos de diferentes autores, temáticas, aportes teórico-metodológicos e epistêmicos. Nesse sentido, o primeiro artigo, intitulado *Produzir a política a partir da escola: Geografia da Educação, Docências e Espacialidades Escolares* assume a educação pública enquanto direito territorial. Aponta como fundamental que “a Geografia Escolar reconheça as geografias das escolas e dos seus sujeitos, tomando-as como ponto de partida dos processos educativos”. Destaca-se a Geografia da Educação como campo de pesquisa e de ação política com vistas ao entendimento e a transformação das atuais políticas educacionais que se apresentam hegemonicamente neoliberais no país. Políticas que se colocam na contramão da ideia de educação como direito.

Após, no segundo artigo, intitulado *Diálogos entre Henri Lefebvre e as perspectivas feministas: o espaço diferencial como possibilidade* seus autores apresentam proposições de Lefebvre sobre o espaço social, buscando demonstrar a centralidade do corpo em sua teoria, para depois correlacioná-lo com apontamentos feministas sobre a ética do cuidado da vida e o amor como elementos de transformação social e espacial. O presente texto é uma provocação a todas, todos e todes para a resistência ativa frente “ao progressivo discurso do ódio contra grupos sociais historicamente inferiorizados” e a criação de possibilidades de vivências espaciais. As Geografias Feministas se apresentam como potências para “ampliar as múltiplas formas de compreensão do espaço e produzir imaginações geográficas capazes de fortalecer nossa ciência como elemento de construção de utopias e práticas de transformação socioespacial”.

O terceiro artigo, intitulado *A Geografia que pensa a indústria para um projeto de Brasil no século XXI*, parte do pressuposto de que “é por meio de uma abordagem territorial que a geografia pode pensar a indústria para um projeto soberano de Brasil” em que categorias espaciais, atividades produtivas e suas interfaces se fazem presentes. O texto se propõe a mobilizar um arsenal teórico metodológico

para analisar “as transformações da indústria brasileira nos últimos anos e encaminhar um conjunto de propostas que possa oferecer amplo debate sobre o assunto”. Argumenta-se que “políticas territoriais podem organizar um espaço industrial promissor para o dinamismo produtivo e para a articulação de agentes com estratégias eficientes”, ressaltando a “relevância dos estudos geográficos na interpretação da dimensão territorial dos processos produtivos”.

No quarto artigo, intitulado *Mineração e Políticas Públicas: conflitos, retrocessos e propostas para um outro modelo mineral*, os autores buscam debater algumas políticas públicas e projetos de lei para a mineração no contexto de avanço de política ultraneoliberais, conservadoras e neoextrativas desenvolvidas no contexto dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Indicam “debates necessários para se alterar a política mineral federal de forma a reduzir os conflitos e os impactos negativos que a mineração tem causado às comunidades, à natureza e a economia”.

Em seguida, no quinto artigo, intitulado *Os desafios da Geografia no contexto da política de pesquisa orientada à missão*, a autora trata de “questões relativas à orientação dos financiamentos públicos do CNPq à Ciência e Tecnologia no Brasil” em um contexto marcado por retrocessos, negacionismos, ataques ideológicos, cortes de recursos, encolhimento da ação de agências de fomento, descontinuidade de editais e chamadas, entre outros marcos de destruição sistemática da ciência brasileira neste último período. Contexto este que emerge, conforme apontado no texto, “uma nova orientação em face da antiga oposição entre ciência básica x ciência aplicada, ressurgida pela oposição entre pesquisa movida pela curiosidade x pesquisa orientada à missão”. O artigo problematiza esta oposição e convoca a nação geográfica brasileira para o debate, sem perder a esperança enquanto “possibilidade de transformação, como o vislumbrar de um futuro mais acolhedor, mais justo” em que a ciência possui lugar estratégico para a “compreensão do mundo e na proposição de alternativas que contribuam para ressignificar nossas vidas, mais do que atender a interesses específicos de segmentos do mercado”.

O sexto artigo, intitulado *A conjuntura política brasileira das duas primeiras décadas do século XXI: territórios da degradação do trabalho e as lutas dos(as) trabalhadores(as) de frigoríficos* busca discutir, a partir de referenciais da Geografia do Trabalho e suas interfaces com a saúde, como os(as) trabalhadores(as) de frigoríficos brasileiros “obtiveram importantes conquistas parciais durante os governos neodesenvolvimentistas” e, como no atual contexto do país, marcado por “restauração neoliberal ortodoxa e ascensão da extrema direita neofascista” essa situação foi alterada, abrindo caminhos para a retirada de direitos e depredação da vida. O autor ressalta que é preciso que se “abra uma nova conjuntura política” em que, além da revogação das reformas neoliberais dos governos Temer e Bolsonaro” se fortaleça as fiscalizações no âmbito dos frigoríficos “abstendo-se de medidas que tentem suprimir legislações positivas para a preservação da saúde do(a) trabalhador(a)”.

No sétimo capítulo, intitulado *Mobilidade geográfica como direito social: uma discussão sobre o acesso à internet no campo brasileira*, a autoria discute a importância do acesso à internet no campo brasileiro, sobretudo com vistas ao controle, a comercialização e distribuição da produção de mercadorias. Ressalta que esta é uma questão importante, em particular, para os pequenos produtores rurais e,

defende que tal objetivo “somente pode ser alcançado por meio de políticas públicas inclusivas, uma vez que as operadoras privadas de telefonia móvel e acesso à internet não demonstram interesse em porções do território e segmentos sociais que não demonstram viabilidade econômica”. Destaca-se o papel das comunicações na mobilidade geográfica e na acessibilidade, assim como demandas por políticas públicas para a comunicação e acesso à internet no campo brasileiro.

O oitavo artigo, intitulado *Privatização da Eletrobrás: crise planejada e a condição do atraso* problematiza e discute os impactos da entrega de “um dos ativos mais estratégicos do país” ao que autoria denomina de “racionalidade do mercado financeiro”, como resultado do avanço “do controle privado (ou privatista) do setor elétrico”. Procura-se esclarecer “o modo como um conjunto de estratégias (incluindo medidas provisórias e projetos de lei) foram adotadas para aprovar” a privatização da Eletrobrás “de forma tão atípica e o que isso significa para o Brasil do ponto de vista das configurações de poder e do sentido geográfico que tange à sua soberania”. Não escapa da análise, “as articulações governistas (e por parte de grupos acionistas) ao longo de todo o processo no sentido de acelerar uma crise que ajudasse a justificar e criar artifícios favoráveis à privatização”.

Já no artigo seguinte, intitulado *Direito indígena ao uso do território e utopismos patrimoniais no Acampamento Terra Livre, Brasília*, os autores analisam a pauta atual de demandas dos povos indígenas, “no intuito de sistematizar elementos reivindicatórios capazes de endossar futuras políticas públicas garantidoras do direito indígena ao uso território no Brasil”. Busca-se explicar “a intersecção entre a categoria *território usado* e a noção utopismos patrimoniais”, analisar o Acampamento Terra Livre (ATL) e a pauta indígena, enumerando “as principais críticas indígenas ao governo Bolsonaro e, reconhecendo “pelas representações indígenas no ATL, uma estética de esperança revolucionária”.

No décimo artigo, intitulado *A espacialidade do Brasil africano, a governança secular escravocrata e as perspectivas de uma articulação antirracista para o território nacional* a autoria expressa “aspectos fundamentais da Geografia Afrobrasileira” a partir de ancoragens em “referências das linguagens cartográfica e fotográfica numa perspectiva historiográfica, geopolítica e do geodireito, revelando territorialidades distintas no espaço e no tempo”. Busca-se, desta forma, subsidiar discussões e ampliar conhecimentos “sobre as referências geográficas conflitantes do Brasil Africano contemporâneo e trazer outros elementos para o entendimento das configurações espaciais e da governança dos territórios afrobrasileiros, em risco permanente e sem lugar definido na nação”. O texto apresenta referências para uma governança inclusiva.

No décimo primeiro artigo, intitulado *O Pensamento Espacial e a Geografia Pragmática: réquiem para o passado* o autor se propõe a uma “análise crítica sobre a forma como a “*National Research Council – NRC*, em seu Relatório *Learning to Think Spatially: GIS as a Support System in the K-12 Curriculum* (NRC) apresenta o pensamento espacial em uma defesa incessante de torna-lo conteúdo geográfico e como tal processo é absorvido no Brasil como justificativa de implementação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC)”. Busca-se demonstrar “os equívocos de uma apreensão conceitual de espaço e pensamento espacial que se vincula à Geografia Pragmática”.

Após, o décimo segundo artigo, intitulado *Circulação, Transportes e Logística no Brasil: inserção internacional, permanências e diversidades na reorganização territorial* trata de analisar “os sistemas de transportes, de normas, de tributação e de logística como atributos essenciais à competitividade territorial.” O autor destaca os sistemas de transportes e logísticas enquanto elementos estratégicos para aumentar a fluidez e a competitividade entre territórios no país, salientando o papel do Estado e a atuação dos gestores públicos para o reordenamento do espaço e a dinamização do território.

No décimo terceiro artigo, intitulado *O imperativo da obediência constitucional ante a regularização da grilagem: um estudo sobre a insegurança ambiental como passivo do latifúndio e a insegurança alimentar como produto atual do agronegócio no Brasil*, a autora procura apontar “inconsistências e os riscos da política de regularização fundiária em curso” no país, com o objetivo de “qualificar o debate para a retomada da pauta política e do imediato cumprimento constitucional de reconhecer, proteger e destinar as terras públicas segundo os princípios da função social”. Aponta-se sobre a urgência de uma ação efetiva do Estado no desenvolvimento de políticas públicas com foco no “imediato reconhecimento do direito territorial dos povos originários, da tutela efetiva das terras públicas e da reforma agrária a ser aplicada exclusivamente nos territórios da grilagem”.

O décimo quarto artigo, intitulado *Entre insuficiências e negligências: as políticas de proteção às nascentes e áreas úmidas no Brasil* busca “demonstrar que as áreas úmidas são ambientalmente relevantes e urgem por medidas legais de proteção” no país, o que já ocorre, por exemplo, com a proteção de nascentes. Os autores apresentam propostas ao debate sobre políticas públicas de proteção de áreas úmidas brasileiras, ressaltando que o território nacional é vasto, diverso e complexo, “apresentam fisionomias, ecologias e condições socioambientais distintas entre si, exigem que quaisquer diretrizes elaboradas pelo Código Florestal tenham como foco as grandes regiões naturais do Brasil e suas particularidades”.

Já o décimo quinto artigo, intitulado *Emergência climática: desafios e oportunidades no campo do ensino de Geografia* alerta sobre os “cenários das mudanças climáticas globais” e a “intensificação dos eventos extremos em todo o planeta”, buscando ressaltar que essa questão tem se inserido nos conteúdos do ensino de Geografia para a Educação Básica estabelecidos no âmbito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituído pelo Ministério da Educação do Governo Federal brasileiro. E que, muito embora o enfoque da BNCC tenha assumido caráter tecnicista, “os professores de geografia podem promover uma abordagem crítica do tema”. Os autores salientam a potência do ensino de geografia para a sensibilização e conscientização dos estudantes, sobretudo para o desenvolvimento de “ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas”. Destaca-se a relevância do papel da Educação em face às mudanças climáticas no Brasil.

No décimo sexto artigo, intitulado *Entre Cerrados e Amazônia, a fronteira em movimento: uso das terras e municipalização do território no nordeste de Mato Grosso*, os autores analisam “o movimento de avanço da fronteira capitalista sobre os Cerrados e as Amazônia no Nordeste de Mato Grosso, a partir dos usos das terras e do processo de municipalização do território”. Reiteram o papel do

Estado como agente principal do processo de incorporação das áreas de transição de Cerrados e de Amazônia “aos processos produtivos no âmbito da divisão internacional do trabalho e que esse movimento promoveu violentamente a espoliação dos povos indígenas e dos posseiros”. Entende-se que a criação de municípios aliados aos interesses dos agentes do capital se constituiu como estratégia territorial de dominação e que, por meio da exploração dos recursos, tem conservado desigualdades e disputas.

No décimo sétimo artigo, intitulado *Território e energia: crítica da transição energética*, os autores apontam “a transição energética como um evento global a transformar tanto os territórios quanto as fontes de energia”, situando tal transição enquanto “outro nome para a crise da geração de energia que vem se dando desde os anos 1970” em todo o mundo. Defende-se que “a perspectiva geográfica está no centro da transição, pois em cada lugar se constituem diferentes usos do território e isso implica na extração de distintos recursos para o proveito energético”. O uso soberano do território, o que compreende uso dos recursos energéticos com controle social e não mercantil é outra defesa realizada pelos autores.

A utopia urbana das cidades novas como estratégia da fronteira capitalista é o título do décimo oitavo artigo. Os autores refletem, “por meio da análise da implantação de cinco capitais planejadas”, sobre “a dinâmica da estruturação urbana da região centro-norte-amazônica enquanto espaço de expansão da fronteira capitalista”. Entre as questões problematizadoras que desencadearam o estudo, estão: Em que medida as cidades planejadas, “plantadas” no centro do Brasil, como estratégia para ocupação e desenvolvimento regional, se diferem das demais cidades brasileiras? Compreendendo as cidades enquanto lócus de reprodução do sistema capitalista, seriam essas novas cidades mais um laboratório para a expansão deste sistema? Tendo a Região Centro-Norte-Amazônica como fronteira, discute-se o papel indutor do Estado para a aceleração da dinâmica de ocupação do espaço, “enquanto estratégia de ocupação territorial a serviço do capital, conformando as cidades como entrepostos”.

No décimo nono artigo, intitulado *Reprimarização e expansão territorial das commodities agrícolas no Brasil: dinâmicas, fatores, escalas e implicações* os autores “analisam a expansão territorial das principais *commodities* agrícolas no Brasil, a partir do início deste século, destacando suas dinâmicas e fatores explicativos, em diferentes escalas, bem como algumas dentre as suas principais implicações ambientais e para o trabalho”. São estabelecidos “nexos entre o recente avanço e territorialização das *commodities* e o movimento global da acumulação capitalista”, complexidades e contradições “calcadas na intensificação da pilhagem e pressão sobre os bens comuns da natureza, os recursos territoriais e o trabalho”. **A análise realizada pelos autores se concentra nos quinze primeiros anos deste século, considerando o papel do Estado e seus incentivos governamentais, assim como a conjuntura global favorável à produção de biocombustíveis e especulação internacional em busca “espaços seguros para investimentos, no âmbito da crise financeira”.**

Por fim, no vigésimo e último artigo desta seção temática, intitulado *Mulheres e o mundo do trabalho: análise de conjuntura e a necessidade de políticas públicas para a igualdade de gênero*, o décimo nono artigo se sustenta em uma “Geografia classista que consegue perceber como o conceito de gênero é relevante para análise do espaço e, posteriormente, para a proposição de políticas públicas para

a igualdade”. As autoras discutem como o atual cenário de crise sistêmica e, em particular, após “o golpe jurídico-midiático-parlamentar em 2016” que marca a conjuntura brasileira”, a situação de manutenção e avanço dos direitos das mulheres tem piorado. O avanço do discurso machista no seio da sociedade e da violência contra a mulher, o aprofundamento da divisão social do trabalho que situam as mulheres com os piores salários e condições de trabalho, são marcas desta conjuntura. A partir de um viés geográfico, o texto se propõe a problematizar e a trazer contribuições para o desenvolvimento de políticas públicas para a igualdade de gênero.

Desejamos que os artigos dispostos nesta seção temática inspirem outras/novas pesquisas, estudos e debates em nossos mais diversos espaços de atuação, junto aos agentes do poder público e da sociedade civil organizada [movimentos sociais e sindicais] nas lutas por direitos, por um projeto de sociedade e de território soberano. Não podemos admitir a submissão perversa ao pensamento único ultraneoliberal e suas interfaces com o neofascismo enquanto “fim da história”. O Brasil é um país de muitas Geo-Grafias, sua potência como ciência pode se constituir como referência à construção de alternativas credíveis. Ciência e política se unem para nos desafiar sistematicamente a uma Geografia que propõe ao Brasil.

Boa leitura a todos, a todas e a todes!

Referências

BOULOS, Guilherme. **De que lado você está?:** reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil. – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. W., & Catanzaro da Rocha Leão, P. (2020). Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: Tensões territoriais na Ruptura Política (2015-2019). **Revista Da ANPEGE**, 16(29), 712–767.

SAFATLE, Vladimir. **Democracia, América Latina e o próximo governo Lula.** Entrevista concedida à Carta Capital. Out. de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FMdWbkSrtIA>

SINGER, André, et al. **Por que gritamos golpe?:** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Boitempo Editorial, 2016.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Systemic degradation of work in the hydro-agricultural business. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, sep. 2017.